

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos diretores e conselheiros do
 INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
 GESTORES DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO
 PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO
 SOLIDARIEDADE – CEAP-SOL
 Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL (Entidade)**, - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "**Base para opinião com ressalva**", as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre a valoração dos custos que compõem o valor do Estoque de R\$ 280 mil. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Os registros contábeis apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre a composição do Saldo das Contas referentes aos encargos sociais e obrigações tributárias (INSS, IRRF retido, ISS retido, COFINS retido, CSLL retido, PIS retido, bem como PIS sob a folha de pagamento), uma vez que essas rubricas não sofreram atualização de juros e multas dos respectivos débitos. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à composição desses valores e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Conforme descrito na Nota 08 - Fornecedores, a Entidade possui obrigações decorrentes de aquisições, em sua grande maioria de medicamentos, insumos e serviços, necessárias para o atendimento ao contrato de gestão 003/2013 e seus aditivos. Porém, os controles apresentados pelo departamento financeiro não são análogos aos lançamentos contábeis, principalmente no que se refere a provisão de serviços prestados, onde o montante de R\$ 418.769,29 pode vir a estar subavaliado, pelo fato dos fornecedores terem continuado a prestação de serviço, conforme previsão contratual. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Subvenção a Realizar e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Subvenções a realizar, proveniente de repasses da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SES/GO, estão correlacionados na Nota "11 SUBVENÇÕES ASSISTÊNCIAIS A REALIZAR", relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre Subvenções a realizar, no valor de R\$ 1.128 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, e aditivos, firmado entre a **SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás** e o **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do **Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL**, será cumprido no exercício seguinte.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 21.509 milhões. Contudo, não ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido menor que os valores repassados, para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida, ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "11 SUBVENÇÕES ASSISTÊNCIAS A REALIZAR", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB

Crédito Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)

Os detalhes sobre a política contábil, relativa a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o Instituto Sócrates Guanaes – ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do **Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL**, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-GO, e que ao final, do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste

sentido, a Entidade gestora do CEAP-SOL optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziriam a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da **ESSÊNCIA SOBRE A FORMA**, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Ênfase

Continuidade das operações

Conforme descrito na Nota 11, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SESGO, conforme previsto no Termo de Transferência de Gestão Nº 003/2013 e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto a continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 27/06/2019. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Conforme descrito na Nota 7, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, não estão análogos às contas contábeis demonstradas no grupo de Ativo e Passivo Compensado, e, por força de contratos, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 25 de abril de 2018.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

WORK 7 AUDITORES
CRC 001891 GO

JOSE RICARDO XAVIER
CRC GO 13.785-GO
CVM 12.424

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	404.962,78	4.523.545,46
Estoque	5	280.390,65	219.471,05
Contrato de Gestão Ressarcimento Rescisão	11	230.859,47	0,00
Outros ativos		62.778,96	42.065,32
Total do ativo circulante		978.991,86	4.785.081,83
Não circulante			
Partes relacionadas	6	5.380.919,64	5.366.630,89
Total do ativo não circulante		5.380.919,64	5.366.630,89
Total do ativo		6.359.911,50	10.151.712,72
Ativo compensado			
	7	7.860.734,21	7.777.238,91
Total do ativo e do ativo compensado		14.220.645,71	17.928.951,63
Passivo e patrimônio social			
Circulante			
Fornecedores	8	2.499.160,00	609.856,92
Salários e encargos sociais	9	1.943.135,67	1.381.766,80
Obrigações tributárias	10	535.197,35	195.983,41
Subvenções assistências a realizar	11	1.359.244,55	7.913.591,49
Outras conta a pagar	12	23.173,93	43.108,39
Total do passivo circulante		6.359.911,50	10.144.307,01
Não Circulante			
Partes relacionadas	6	-	7.405,71
Total do passivo não circulante		-	7.405,71
Total do passivo		6.359.911,50	10.151.712,72
Passivo compensado			
	7	7.860.734,21	7.777.238,91
Total do passivo e patrimônio social e passivo compensado		14.220.645,71	17.928.951,63

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Nota	2018	2017
Receitas com restrição			
Programa atividades de saúde	13	21.509.030,51	18.877.462,35
Receitas sem restrição			
Outras receitas		2.000,00	-
Custos com programa			
Programa de atividades de saúde	14	(10.957.609,75)	(7.953.567,80)
Superávit bruto		10.553.420,76	10.923.894,55
Despesas operacionais			
Com pessoal		(2.927.637,04)	(3.332.798,84)
Serviços prestados por terceiros		(6.966.428,78)	(6.867.932,27)
Gerais e administrativas		(494.471,83)	(668.667,43)
Tributárias		(139.956,03)	(55.010,58)

	(10.528.483,68)	(10.924.409,12)
Déficit antes do resultado financeiro	24.927,08	(514,57)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	93.886,81	63.679,32
Despesas financeiras	(118.813,89)	(63.164,75)
	24.927,08	514,57
Superávit do exercício	<u>(0,00)</u>	<u>0,00</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis. A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

EVENTOS	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades sociais		
Superávit do exercício	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Estoque	(60.919,60)	(201.036,94)
Partes relacionadas	(21.694,46)	(3.466.478,10)
Outros ativos	(20.713,64)	(42.065,32)
Fornecedores	1.915.208,08	253.755,52
Salários e encargos sociais	679.614,30	1.381.766,80
Obrigações tributárias	221.268,51	122.854,60

Subvenções e assistências a realizar	(6.811.111,41)	2.469.108,88
Outras conta a pagar	<u>(19.934,46)</u>	<u>43.108,39</u>
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	<u>(4.118.582,68)</u>	<u>561.013,83</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.118.582,68)</u>	<u>561.013,83</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>4.523.545,46</u>	<u>3.962.531,63</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>404.962,78</u>	<u>4.523.545,46</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em reais)

1. Contexto Operacional

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa.

A Unidade administrada pelo Instituto Sócrates Guanaes, Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, conta com assistência Integral e Multidisciplinar aos portadores do vírus HIV/AIDS e Núcleo Psicossocial (Casa de Apoio), que oferece hospedagem para pacientes soropositivos residentes nos municípios do interior do Estado, com procedimentos de saúde a serem realizados em Goiânia. Atualmente encontra-se integrado ao HDT, com extensão as internações de longa duração, amplificando sua atuação para doenças infectocontagiosas, porém mantendo-se ainda como casa de Apoio e Reabilitação. A unidade ainda tem como objetivo auxiliar a reintegração de seus pacientes no respectivo núcleo familiar e na comunidade.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, vinculados ao termo de transferência nº 003/2013 do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL), e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela

Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, essência sobre a forma e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estão demonstradas a seguir:

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

2 Base de preparação

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

(a)

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão



representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão, quando existentes, são provenientes de valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros dias do ano subsequente, conforme previsto no Termos de Transferência de Gestão 003/2013 ISG/CEAP-SOL. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

(b)

Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições, e empréstimos de terceiros, além de recursos provenientes de contrato de gestão a serem executados.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2 Ativo imobilizado

(a)

Reconhecimento e mensuração

R

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013/SES-GO, administra o CEAP-SOL e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. Termo de Transferência de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do termo estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SES-GO. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b)

Depreciação

D

A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 Redução ao valor recuperável ("impairment")

O valor contábil do ativo imobilizado, quando aplicável, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2018.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 Patrimônio líquido

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.6 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

3.7 Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Fundo fixo	11,19	-

Bancos conta movimento	254.386,27	2.181.075,37
Aplicações financeiras (*)	150.565,32	2.342.470,09
	<u>404.962,78</u>	<u>4.523.545,46</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Fundo de investimento da Caixa Econômica Federal (Caixa FIC) de curtíssimo prazo remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do doador.

5 Estoque

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Estoque	<u>280.390,65</u>	<u>219.471,05</u>
	280.390,65	219.471,05

6 Partes relacionadas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ISG - Matriz (a)	33.946,12	47.404,27
ISG - HDT (b)	5.346.973,52	5.319.226,62
ISG - HEAL (c)	-	-7.405,71
	<u>5.380.919,64</u>	<u>5.359.225,18</u>

(a) Refere-se a bloqueios judiciais efetuados na conta corrente do Condomínio Solidariedade, relativos a processos trabalhistas de ex-funcionários do ISG Matriz. Esse valor deverá ser devolvido do ISG Matriz para o Condomínio Solidariedade.

(b) Refere-se ao saldo entre recursos transferidos do Condomínio Solidariedade para o HDT, deduzidos dos valores que o Condomínio Solidariedade tem a pagar ao HDT relativos, principalmente, ao custo com funcionários conforme rateio efetuado entre as partes.

(c) Refere-se à desbloqueios de depósitos judiciais ocorridos no HEAL e recebidos na conta corrente do CS. O mesmo foi regularizado em 2018.

7 Ativo Compensado

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais recebidos da SES-GO e aos adquiridos durante a vigência do contrato de gestão nº 003/2013, firmado com o Estado de Goiás, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2018.

Custo	Bens Recebido em Comodato	Móveis e Utensílios	Máq. e	Equip. de Inform.	Equip.	Benfeitorias em Propried.	Software	Total
-------	------------------------------------	------------------------	--------	----------------------	--------	------------------------------	----------	-------

			Equip.		Hosp.	de Terceiros		
Em 31 de dezembro de 2016	179.864,72	1.577.071,24	181.603,30	64.415,24	576.744,03	4.653.322,11	289.678,40	7.522.699,04
Adição	-	95.935,32	20.459,55	136.465,00	1.670,00	-	-	254.529,87
Em 31 de dezembro de 2017	179.864,72	1.673.006,56	202.062,85	200.880,24	578.414,03	4.653.322,11	289.678,40	7.777.228,91
Adição	-	57.389,30	10.180,00	14.538,00	1.388,00	-	-	83.495,30
Em 31 de dezembro de 2018	179.864,72	1.730.395,86	212.242,85	215.418,24	579.812,03	4.653.322,11	289.678,40	7.860.724,21

8 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores de bens e mercadorias (a)	256.893,84	140.837,27
Fornecedores de serviços (b)	2.242.266,16	469.019,65
	2.499.160,00	609.856,92

(a) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos.

(b) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são todos necessários a atividade operacional para atendimento ao termo de transferência de gestão 003/2013, ISG/CEAP-SOL.

9 Salários e encargos sociais

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	2018	2017
Salários a pagar	582.747,49	403.597,58
INSS	455.848,92	205.176,03
FGTS	62.102,07	56.641,83
Provisões férias e encargos	839.232,6	716.215,69
Outros	3.204,59	135,67
	1.943.135,67	1.381.766,80

10 Obrigações tributárias

	2018	2017
INSS retido de terceiros	117.945,43	24.346,87
ISS retido de terceiros	50.599,88	21.957,28
PIS s/ Folha a recolher	18.812,82	7.460,69
Imposto de renda retido na fonte	297.401,41	128.500,73
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	50.437,81	13.717,84
	535.197,35	195.983,41

11 Subvenções assistências a realizar

O montante de subvenção a realizar proveniente do termo de transferência de gestão 003/2013 ISG-CEAP-SOL está composto da seguinte forma:



Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento ou aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/ Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2013	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 789.496,30	R\$ 789.496,30	R\$ 5.526.474,10	R\$ 5.526.474,10	R\$ 0
2014	R\$9.470.854,96	R\$91.399,75	R\$ 2.481.996,08	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.262.731,08	R\$ 817.527,55	R\$ 12.568.524,54	R\$3.887.165,88	R\$12.489,574,91	R\$8.545.194,05	R\$ 9.362.721,60
2015	R\$13.805.942,96	R\$48.089,57	R\$ 4.479.099,24	R\$ 238,64	-R\$ 146.087,62	R\$ 9.896.186,67	R\$ 442.800,43	R\$ 12.059.526,39	R\$2.140.749,31	R\$12.102,006,39	R\$6.841.257,48	R\$ 7.283.857,91
2016	R\$14.521.626,96	R\$ 486,97	R\$ 381.739,00	R\$ 14.834,08	R\$ 66.479,78	R\$ 9.086.847,05	R\$ 61	R\$5.444.482,17	R\$ 15.494.458,31	R\$ 3.113.580,52	R\$21.234,00	R\$ 18.998.113,13
2017	R\$21.346.571,23	R\$53.089,65	R\$ 254.539,87	R\$ 10.589,67	R\$ 157.912,32	R\$ 18.528.689,48	R\$ 49	R\$7.913.591,02	R\$ 21.368.644,31	R\$ 3.135.653,31	R\$21.498,873,48	R\$ 21.619.524,26
2018	R\$14.722.993,23	R\$93.886,81	R\$ 83.495,30	R\$ 2.000,00	-R\$ 830,87	R\$ 21.521.422,08	R\$1.128.385,08	R\$ 18.739.785,20	R\$ 7.152.445,28	R\$18.739,785,20	R\$17.722.724,74	R\$ 18.851.109,82

Subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação. A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/CEAP-SOL), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2018 é de R\$ 7.152 milhões até a conclusão do contrato (prevista para 27/06/2019).

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 18.851 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custos/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

12 Outras Contas a pagar

	2018	2017
Outras contas a pagar (a)	23.173,93	43.108,39
	<u>23.173,93</u>	<u>43.108,39</u>

(a)

O valor de R\$ 43.108,39 se refere a provisão de serviços prestados para o ano de 2017, o qual, foi transferido para a conta de fornecedores de serviço conforme nota 8. O valor de R\$ 23.173,93, se refere a empréstimo de medicamentos recebidos de terceiros e rateio de despesas com pessoal.

13 Receitas operacionais - com restrição

	2018	2017
Programa atividades de saúde (i)	21.509.030,51	18.877.462,35
	<u>21.509.030,51</u>	<u>18.877.462,35</u>

(i)

Receita de subvenção realizada em razão da execução do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013, firmado com SES-GO – Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o ISG/CEAP-SOL.

14 Custos com programa de atividades de saúde

	2018	2017
Custo de pessoal cedido (i)	1.753.365,81	1.848.038,72
Custo de pessoal próprio	7.503.199,52	5.000.364,17
Generos Alimentícios	22.618,78	1.025,61
Materiais em geral	190.102,31	146.384,11
Materiais médicos e hospitalares	463.903,20	292.126,95
Custos de serviços assistências e de apoio	906.491,88	480.629,40
Outros	117.928,25	184.998,84
	<u>10.957.609,75</u>	<u>7.953.567,80</u>

(i) Em detrimento do termo de transferência de gestão 003/2013, foram cedidos funcionários estatutários, conforme cláusula específica, para compor o quadro de pessoal do CEAP-SOL, cujas remunerações continuam sendo pagas pelo Estado. Em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade, como custo, pois em

essência, o pessoal cedido trabalha no CEAP-SOL e são remunerados com recursos provenientes do termo de transferência de gestão nº 003/2013, mediante dedução dos valores de subvenções mensais.

15Contingências

A Entidade é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Por força do 6º Termo Aditivo ao contrato de gestão nº 003/2013/SES/GO, assinado em 16/08/2017, especificamente, nos itens 9.19 e 9.19.1, fica definido que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG-CEAP-SOL), a CONTRANTANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento da provisão trabalhista. Contudo o valor estimado das causas classificadas em 31 dezembro de 2018 como perda provável, com base em informações de seus assessores jurídicos, é de R\$ 135.663,15.

16 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota.

Goiânia (GO), 26 de abril de 2019.

André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes

Diretor presidente

CPF: 195.644.575-72

Patrícia de Oliveira Silva

Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S" GO

Terêncio Sant'Ana Costa

Superintendente Financeiro

CPF: 053.180.415-15